

# **MULHERISMO AFRICANA: práticas na diáspora brasileira**

**Aza Njeri**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**

**Katiúscia Ribeiro**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**

## **Resumo**

Mulherismo Africana, termo cunhado por Clenora Hudson-Weems (2016), é um novo olhar, centrado nas mulheres negras africanas e da diáspora, para entender, refletir e agir na luta antirracista e de sobrevivência do povo preto, sendo este entendido a partir de uma perspectiva pan-africana e diáspórica. Partindo de conceitos afrocêntricos de Molefi Asante (2014), como agência e localização, busca-se criar critérios próprios de mulheres africanas da diáspora brasileira para avaliar as nossas realidades, tanto no âmbito do pensamento, quanto da ação. Para tal, recorreremos à experiência do Ciclo Mulherismo Afreakana/RJ como elemento suleador para a discussão dos fenômenos que nos atravessam como pessoas negras, debate que é essencial para a sobrevivência da população negra no Brasil. Assim como dialogaremos com Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Marimba Ani, Ama Mazama, Nah Dove, bell hooks, Katerine Bankole e Abdias Nascimento.

**Palavras-chave:** mulherismo africana; afrocentricidade; pan-africanismo.

## **Abstract**

African Women, a term coined by Clenora Hudson-Weems (2016) is a new look centered on black African women and the Diaspora to understand, reflect and act on the antiracist struggle and survival of the black people, being it understood from an African and diasporic perspective. Starting from Afrocentric concepts of Molefi Asante (2014) such as agency and location, we seek to create a criteria specific to African women of the Brazilian Diaspora to evaluate our realities, both in the scope of thought and action. To do so, we will turn to the experience of the Afreakana/RJ Women's Cycle as a sobering element to discuss the phenomena that concerns us as black people, whose discussion is essential for the survival of the black population in Brazil. Also, we will talk about Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Marimba Ani, Ama Mazama, Nah Dove, bell hooks, Katerine Bankole e Abdias Nascimento.

**Keywords:** african womanhood; afrocentricity; pan-africanism.

## Introdução

Este artigo busca lançar um olhar suleador sobre caminhos possíveis para o mulherismo africana no território afrodiáspórico brasileiro. Entendemos que a territorialidade recorta e determina nossa forma de ser e estar no mundo, sendo, portanto, essencial refletir sobre esse pensamento com os nossos pés fincados neste chão, sem negar nosso lugar de pertença no povo preto. Dessa forma, partimos da experiência, ao longo de 2018, dos encontros do Ciclo Mulherismo Afreakana/RJ, em que mulheres e homens negros se reuniam mensalmente para debater diversos temas a partir da perspectiva matriarcal africana.

Ressaltamos que o mulherismo é um pensamento africano-centrado de elevação e recuperação do trilho civilizacional negro-africano e fala tanto para pessoas negras das múltiplas diásporas – pois entende que o descarrilamento causado pelo sequestro do atlântico, escravidão, cárcere permanente e banzo estruturaram as nossas relações com o outro e consigo mesmas – quanto para as do continente.

É uma vertente nova de pensamento negro no Brasil e tem como principais nomes as afro-americanas Clenora Hudson-Weems – *Mulherismo africana: uma visão geral* (2000); Nah Dove – *Mulherismo africana: uma teoria afrocêntrica* (1998); Katherine Bankhole – *Mulheres africanas nos Estados Unidos* (2009) e, no âmbito nacional, contamos com os trabalhos de Anin Urasse – *Uma introdução aos 18 princípios do Mulherismo Africana* (2018); Ama Mizani – *O impacto do feminismo na comunidade preta e a busca de reapropriação histórica* (2014) e Katiúscia Ribeiro – *Mulherismo Africana, uma perspectiva política e epistêmica de mulheres negras* (2016).

O resultado deste artigo compõe uma trajetória que advém de uma pesquisa de Pós-doutorado de Aza Njeri (Viviane Moraes) em filosofia Africana, com ênfase em política a partir da realidade contemporânea e seus efeitos pós colonização, além de uma pesquisa de bacharelado, mestrado e doutorado em desenvolvimento, de Katiúscia Ribeiro, em filosofia Africana antiga, mais propriamente sobre Kemet – nome original do Egito<sup>1</sup>. Nossa intuito é pensar a realidade dos sujeitos africanos a partir de outro paradigma ontológico, no qual o Ocidente não seja a centralidade dessa construção. É importante sinalizar que dialogar com mulheres negras e pensar realidades outras nos permite, ainda, afinar a identificação como mulheres africanas e atribuir essas análises em nossas pesquisas, atribuindo valor aos conhecimentos produzidos pelas mulheres africanas no continente e em diáspora.

Nesse sentido, as reflexões que seguem estão calcadas em autoras e autores que estão, como nós, debruçados a pensar sobre isso, mas também compõem o que compreendemos por mulherismo africana e as experiências na diáspora brasileira.

## **Mulherismo africana: caminhos africano-centrados para a diáspora**

O termo Mulherismo Africana (womanist afrikana) foi cunhado e teorizado em 1987 pela afroamericana Clenora Hudson-Weems a partir da compreensão de que o seu “[...] principal objetivo é criar critérios próprios das mulheres africanas para avaliar suas realidades tanto no pensamento quanto na ação” (HUDSON-WEEMS, 2016, p. 19), isto é, colocando-se dentro do paradigma da afrocentricidade (ASANTE, 2014) e utilizando-se de seu conceito de agência negra, cabe às mulheres negras – diáspóricas e continentais – avaliar, dentro de sua experiência, os melhores caminhos para um movimento emancipador da população negra.

Clenora Hudson-Weems (2016) apresenta-nos também os princípios fundamentais mulheristas que são esmiuçados por Urasse (2019): terminologia própria e autodefinição; centralidade na família; genuína irmandade no feminino; fortaleza, unidade e autenticidade; flexibilidade de papéis, colaboração com os homens na luta de emancipação e compatibilidade com o homem; respeito, reconhecimento pelo outro e espiritualidade; respeito aos mais velhos; adaptabilidade e ambição; maternidade e sustento dos filhos. E advertem que “Os princípios acima descritos, longe de prescrições teórico-normativas, são características reais, palpáveis e observáveis nas comunidades africanas em geral, seja no continente, seja na diáspora” (URASSE, 2019, p. 303).

A supremacia política, cultural, religiosa, tecnológica eurocêntrica dos últimos 500 anos levou à interiorização da Europa como aquela que precede a origem das civilizações. A consequência dessa percepção é que os povos não europeus são invisibilizados e, no caso do povo negro, acrescenta-se marginalização tangenciada pelo racismo.

Nesse cenário, propõe-se a afrocentricidade, teoria-chave, cunhada por Molefi Kete Asante na década de 1980, que abre a reflexão sobre o mulherismo africana de Hudson, tratando-se justamente de *centrar* as pessoas negras e reorientá-las ao seu trilho civilizacional, colocando-as como agentes diante dos fenômenos que as atravessam. Busca-se, portanto, centrar-se nas experiências de ser e estar, de ética e estética de mulheres negras continentais e diáspóricas como base suleadora para as nossas práticas como povo preto territorializado no Brasil, pois, a partir dessa localização e experiências, poderemos construir nossas formas de permanência antigenocida e antirracista, além de desenvolvermos uma identidade positiva e consciente de si.

A agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana [...] Estou fundamentalmente comprometido com a noção que os africanos devem ser vistos como agentes em termos econômicos, culturais, políticos e sociais. O que se pode analisar em qualquer discurso intelectual é se os africanos são agentes fortes ou fracos, mas não deve haver dúvida de que essa agência existe. Quando ela não existe, temos a condição da marginalidade – e sua pior forma é ser marginal na própria história [...] Os Africanos têm sido negados no sistema de dominação racial branco. Não se trata apenas de marginalização, mas de obliteração de sua presença, seu significado, suas atividades e sua imagem. É uma

realidade negada, a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana (ASANTE, 2009, p. 94).

Segundo Asante (2009), os africanos têm sido negados no sistema de dominação racial e encontram-se em um estado permanente de *desagência*, algo que não é complicado de imaginar se retornarmos ao percurso histórico dos povos africanos desde as expansões territoriais da colonização.

Quando consideramos questões de lugar, situação, contexto, e ocasião que envolvam participantes africanos, é importante observar o conceito de agência em oposição ao de desagência. Dizemos que se encontra desagência em qualquer situação na qual o africano seja descartado como autor ou protagonista em seu próprio mundo (ASANTE, 2009, p. 95).

Partindo desse entendimento, o mulherismo/mulherista baseia-se na compreensão da nossa mulheridade, com uma referência ao discurso *E não sou uma mulher?*, da abolicionista afroamericana Sojourner Truth<sup>2</sup>, que questiona o lugar das mulheres negras nas lutas feministas do final do século XIX; e africana aponta para a nossa identidade cultural negra, que é ligada por uma memória cultural e espiritual localizada em África, como nos indica Cheikh Anta Diop (2014). Com esse pluriciente senegalês, e sua *Teoria dos dois berços* (DIOP, 2014), compreendemos que o matriarcado é característica presente no berço meridional (África) desde tempos imemoriais, e que, devido ao impacto dos inúmeros contatos conflituosos com o Berço Nórdico Patriarcal (Europa), ocorreu um apagamento do protagonismo feminino negro focando na submissão e subordinação destas.

Conclui-se do exposto que o regime matriarcal é geral em África, quer na antiguidade, quer nos nossos dias, e este traço cultural não resulta de uma ignorância do papel do pai na concepção da criança. O culto fálico que é corolário do regime agrícola (pedras erguidas, obeliscos do Egito, templos da Índia do Sul) comprova-o largamente; este demonstra que no momento em que a humanidade arcaica optava pela filiação matrilinear, a mesma tinha conhecimento do papel fecundante do pai. Em nenhum dos regimes descritos no berço meridional se negligencia sistematicamente o parentesco patrilinear (DIOP, 2014, p. 66).

Assim, no sequestro do atlântico, vieram para a amérikka<sup>3</sup> (SHAKUR, 2016) não apenas negros em seu corpo físico, mental e espiritual, mas, sobretudo, vieram práticas filosófico-culturais identitárias, matriarcais e garantidoras da sobrevivência dos africanos diaspóricos na maafa (ANI, 2015).

Marimba Ani (2015) chama de Maafa, o grande desastre/holocausto negro que se moderniza a cada século. E, neste artigo, nos localizamos na maafa brasileira, que, como alertam Abdias Nascimento (2017) e Lélia Gonzalez (2018), é ultrassofisticada no grau de alienação negra. Estabeleceu-se uma cegueira racial por parte dos negros e pardos a partir de

uma crença imposta na propaganda da democracia racial e de um recorte focado em classe ou gênero, colocando-se em segundo plano o item vertebral de discussão que é a raça.

Em verdade, porém, a camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo se menciona que nessas ocasiões os negros estão tratando de impor ao país uma suposta superioridade racial negra... Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra nesse obstáculo. [...] O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa (NASCIMENTO, 2017, p. 94).

Dessa forma, é crucial o trabalho de conscientização da população negra brasileira de suas potencialidades, história, saúde, espiritualidade e ancestralidade para que ela possa recuperar a sua autodeterminação. Nos realinhar com nosso eixo civilizatório, que parte de África, perpassa a compreensão e resgate do matriarcado africana, cujas características são xenofilia, cosmopolitismo e coletivismo, além de valores morais baseados em otimismo, paz, justiça e bondade (DIOP, 2014).

Somos uma população violentada e que está em pleno processo de genocídio, metaforizado por Aza Njeri, nos debates do Ciclo Mulherimo Afreekana, como um monstro, cujos tentáculos ultrassofisticados miram as múltiplas diversidades da população negra a fim de assassiná-la, seja fisicamente, a partir do feminicídio, mortalidade infantil, homo e LGBTfobia, assassinato de homens negros de 13 a 29 anos e descaso aos idosos; seja por meio do racismo religioso, nutricídio (morte advinda da má alimentação) e o epistemicídio, isto é, a partir da negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, apagando ou embranquecendo suas contribuições ao patrimônio cultural da humanidade, como aponta Sueli Carneiro (2005). Diante desses tentáculos, um cenário que ameaça toda uma população, nada mais natural, portanto, que busquemos novas formas de nos proteger/defender, assim, o pensamento mulherista vem agregar aos processos de luta negra.

Vale atentar que genocídio é algo que tange a um povo/raça, e devemos, logo, entender que a emancipação político-econômica-identitária-cultural somente ocorrerá quando negras e negros estiverem cientes da dinâmica de vida na qual estão inseridos e a influência do Ocidente sobre si, tornando-se agentes de sua própria história, os leões que contam sua própria história, conforme o proverbio bantu ‘Até que os leões inventem suas próprias histórias, os caçadores sempre serão os heróis das narrativas de caça’. A população negra afro-brasileira precisa em caráter de urgência ser aquela que narra suas próprias realidades, possibilitando, assim, novas vias para o reestabelecimento de sua humanidade, defesa e sobrevivência.

Essa autodefesa não é entendida sob uma perspectiva ocidental, cuja lógica é calcada em relações de dominação, roubo, morte e destruição; ela está ligada intimamente aos ventos do atlântico leste a partir de ecos enraizados de forma uterina em nosso ser na qualidade de

pessoas negras, cuja ancestralidade se manifesta em memória viva. E isso está para além da compreensão, cartesiana-científica eurocentrada universal, que o Ocidente impõe a todos.

Autodefesa, nesse caso, relaciona-se com autodeterminação, isto é, precisamos saber quem somos, e, sobretudo, dizer quem somos, para que possamos criar mecanismos de autodefesa, que não necessariamente estão atrelados a gestos de violência, mas, principalmente, a todo um aporte de cunho econômico, social, identitário, cultural e espiritual.

Lançando mão de Sankofa (NASCIMENTO, 2009), na missão de contribuir na luta pela reumanização do povo negro, entendemos que as mulheres e homens africanos nascidos no Brasil devem resgatar as práticas de resistência e luta utilizadas pelas nossas ancestrais para encampar uma resistência neste século XXI, já que, circularmente, tal qual Dan / Damballa, os tempos são de ódio e os jogos de poder propostos pelo Ocidente estão tensionados. É nos momentos de crise que buscamos o princípio uterino de kuumba (criatividade) e nos colocamos em prática criativa ancestral.

Assim, o entendimento e resgate da experiência devem ser considerados dentro da condição de territorialidade e, como nos aponta Beatriz Nascimento (2018), o Quilombo é a experiência ancestral de organização e manutenção da autonomia negra, que atravessa a barreira geotemporal e eclode nos múltiplos processos de aquilombamentos no território brasileiro, desde as organizações das famílias negras até a manutenção dos ritos e crenças ancestrais e a prática de seus saberes éticos.

Ao contrário do que me foi ensinado e do que ainda hoje se ensina nas escolas, o Quilombo não foi uma tentativa de rebelião pura e simples contra o sistema escravocrata. Foi também uma forma de organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado e que se projeta, após abolição no século XX. [...] Sobrevive, não na sua forma original, mas como uma tradição de vida do negro brasileiro. O fundamental é que essa é uma forma de vida do negro brasileiro em qualquer época (NASCIMENTO, 2018, p. 98).

Assim, por meio do aquilombamento, o mulherismo africana no Brasil busca o equilíbrio de um povo a partir do papel matriarcal e materno-centrado, ou seja, traz à tona o papel das mães africana como líderes na luta pela recuperação, reconstrução e criação da integridade cultural negra, que defende os princípios keméticos de Maat, de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, integridade e ordem.

É essencial ressaltar que a abordagem materno-centrada não necessariamente está ligada à gestação físico-uterina, mas, sim, a todo um conjunto de valores e comportamentos de gestar potências. Quando partimos de uma realidade de gestar a potência, estamos definindo a luta mulherista como a possibilidade de reintegrar as vidas pretas destroçadas pelo racismo de cunho integral.

Isso quer dizer, por exemplo, quando um Babalorixá cuida daquelas potências em formas de abian, yawo e ebomis, ele está exercendo o princípio materno-centrado africano, que em nada se relaciona ao útero físico, mas, sim, ao útero mítico-ancestral, a partir da

movimentação de toda uma energia, que é feminina. Inúmeros são os exemplos que podemos elencar, desde parteiras e erva-veiros, às *tias* que cuidam dos erês em suas próprias casas, nas comunidades periféricas, para que os pais possam trabalhar, educadores que gestam a potência de seus alunos etc.

Nesse sentido, é necessário compreender que a perspectiva de luta e estratégias genuínas, das experiências de mundo das mulheres pretas, não elimina outras existentes, mas as entende insuficientes para dar conta de uma dor de cunho coletivo, do negro, isto é, o mulherismo visa uma perspectiva que desloque as mulheres pretas desse lugar de violência histórica no qual fomos submetidas, pois, ao nos movimentarmos, tiramos um coletivo, também negro, da subalternidade comunitária. O levante da mulher preta é, portanto, o levante de sua comunidade, pois o que potencializa as mulheres pretas serve como combustível para a comunidade africana. Esse levante, essa narrativa, essa potencialidade, identificamos tudo isso no mulherismo africana.

Trata-se, então, de uma perspectiva emancipatória da população preta, pensada por mulheres pretas e suas dores frente ao racismo e não uma ação política de liberdade de um determinado segmento. Pensar apenas pela via do gênero não dá conta da desintegração ontológica das mulheres pretas e de seu povo. A proposta do mulherismo passa por pensar o lugar dessas mulheres pretas a partir de nós e não nos nutrit de ideologias que, embrionariamente, não nos foram direcionadas. Não é possível reestruturar um Ser a partir da centralidade de experiências de outrem.

Isso por compreender que, em uma sociedade massacrada pelo racismo, nossa luta passa primeiramente pela manutenção do corpo preto *vivo* e o reestabelecimento da sua humanidade. Dessa forma, a preocupação do mulherismo passou a ser o resgate do matriarcado africano, berço civilizatório no nosso continente mãe, como via de enfrentamento ao racismo, genocídio e patriarcado, este último como ideologia dominante ocidental muito bem arquitetada para dividir e dominar. Se lembarmos que estamos falando de um povo que vivia em comunidade, regido pelo matriarcalismo, perceberemos a veracidade dessa mudança.

Essa mudança, verticalmente imposta por meio das múltiplas violências físicas, mentais e espirituais, foi a arma letal identitária do povo negro. Pensar o mulherismo africana passa pelo resgate desse legado propulsor, como via de fôlego e, sobretudo, arma de luta. Já que somos atingidos diariamente pelos tentáculos genocidas, como lutar de forma desigual? E se somos segredados coletivamente, nada mais natural que reagirmos em grupo, parafraseando Steve Biko.

É importante sinalizar que há uma preocupação da feminilidade no mulherismo. Mulheres pretas precisam estar juntas para pensar o seu lugar de mulheres, algo distorcido pela lógica ocidental. Questionar a categoria, e direcionar a mudança desse comportamento, passa pela desintegração hegemônica branca, dando um xeque-mate ao seu reinado supremacista.

O ventre do mundo é africano! O ventre do mundo é regido por matriarcas. A mulher preta tem o sangue da vida, que rege seu Ara (terra sagrada). Cabe a elas o gerenciamento de sua própria perspectiva de mundo, e pensar por essa via não é colocar as mulheres pretas em

lugar de subalternidade, é sim dar a elas a centralidade de poder que potencializa a todos, ao verem nela o lugar máximo a ser respeitado.

Nesse sentido, ao compreender que mulheres pretas em comunidade precisam se organizar para pensar estratégias na qual o racismo seja o foco, pensa-se a possibilidade de encontros para trilhar esse caminho de luta a uma materialização efetiva. Assim, como pensar o mulherismo de forma coletiva, atendendo dores e dúvidas, muitas vezes da nossa própria existência? Em 2018, nasceu o Ciclo Mulherismo Afreekana, espaço de construção e compreensão do conceito, de como podemos aplicá-lo e experienciá-lo na diáspora brasileira, já que entendemos que a realidade das mulheres negras afro-americanas não atende a realidade racial no Brasil. Em círculo, entre pretas e pretos, iniciamos as ações no ciclo e ousamos dizer, inclusive, que nós, no Ciclo Mulherismo Afreekana, no estado do Rio de Janeiro, construímos um espaço no qual exercemos o mesmo princípio matrígestor ao gestarmos as potências que chegam a cada encontro.

### **Ciclo Mulherismo Afreekana/RJ**

Em maio de 2018, começamos o encontro mensal Ciclo Mulherismo Afreekana, sediado no Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH) na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir os caminhos matriarcais de autodefesa a partir de leituras e debates de textos, além de práticas de autocuidado coletivo e transmissão de saberes ancestrais, através da escuta sensível de violências incutidas em cada um de nós e os efeitos desastrosos do racismo. Compreende-se o quanto o diálogo e a presença entre pessoas que experimentam dores similares é fundamental para a reconstrução de seu lugar como sujeito. A escolha do local refletiu a importância da criação do ciclo, pois no solo do Instituto Palmares está a história de mais de 30 anos de luta de líderes, no prélio antirracista, que por ali passaram. Vivenciar o ciclo nesses espaços nos ajudou a trilhar os encontros dentro da proposta central do Mulherismo – a ancestralidade. A energia das ações políticas construídas no IPDH estava fixada nas paredes e no chão da velha casa, no Centro Histórico do Rio de Janeiro – na Lapa –, berço da malandragem de sobreviver com ginga os destroços herdados da colonização, estendendo a mensagem para quem dentro e fora estivesse disposto a pensar África e africanidade a partir de si mesmo.

Por grandiosos sete meses trilhamos caminhos efetivos para os avanços na discussão desse tema, tão novo quanto potente para nós. Porém, como estamos diante das estruturas que delimitam nosso espaço em território racial, não fugimos à regra dos planejamentos de silenciamento de nossas ações e, em dezembro de 2018, o IPDH foi atravessado pelo racismo estrutural e sofreu uma violenta reintegração de posse. As mobilizações físicas e virtuais não impediram o fechamento das portas de uma página fundamental na batalha racial, deslocando as movimentações políticas, que ali existiam, para espaços diversos e dispersos. Depois de garimpar locais que traziam história de combate em suas sedes, fechou-se parceria com a sala Abdias do Nascimento, do Coletivo Denegrir, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fundada em setembro de 2008, a sala do Coletivo negro da UERJ, localizada no

andar das disciplinas humanas, carrega no seu percurso diversas movimentações políticas, desde o início das discussões de cotas raciais nas universidades brasileiras. É importante ressaltar que, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, há 15 anos, foi a primeira instituição pública a aderir ao sistema de cotas raciais.

Nesse sentido, realizar os encontros na sala do coletivo reintegra a proposta de realização das atividades em solo político e, em março de 2019, reiniciamos em nova morada um novo caminho no compasso já existente.

Mas, retomando o caminho que nos trouxe até aqui, relembramos que Ciclo nasce após diversos pedidos e dúvidas sobre o tema, por se tratar de uma proposição política recente, a compreensão apenas pela via teórica se tornou insuficiente para alcançar o que Hudson nos apresentou por Mulherismo. Pensar a realidade de luta das mulheres pretas na construção de uma outra narrativa depende de esforços coletivos na garantia desse conhecimento, eliminando a insuficiência das teorias pertencentes à natureza particularizada, como nos sinaliza Nah Dove (1998). Partindo desse pressuposto, ciclos mensais nos conduziria a pensar propostas não ancoradas nas experiências políticas vigentes, com larga escala de insuficiência quanto a temas relacionados às mulheres africanas/Diaspóricas, e experiências por elas nutridas nos processos raciais. Fugindo desse padrão, consta-se que esses encontros nos ajudariam a sistematizar a perspectiva das mulheres africanas em território brasileiro, compreendendo que, por mais que estejamos em diáspora, a experiência do racismo aqui demanda especificidades únicas.

Nesse movimento, as metodologias usadas traziam nos encontros a nossa realidade de mulheres e homens negros africanos nascidos na diáspora brasileira – afro-brasileiros –, reterritorializações e ressignificações do matriarcado africano. Cheikh Anta Diop (2014) abre as portas do conhecimento africano milenar ao evidenciar um fio condutor indenitário-cultural africano de parte de Kemet e que se desdobra na amérikka.

Dessa forma, nos encontros do Ciclo, no ano de 2018, estreitamos os laços com África e os saberes africanos, a partir das análises textuais e debates críticos de diferentes autoras e suas principais obras sobre o tema. Na seguinte ordem: *Mulherismo Africana: uma teoria afrocêntrica*, de Nah Dove (1998); *Mulheres africanas nos Estados Unidos*, de Katherine Bankole; *Identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas*, de Vânia Maria da Silva Bonfim; *Feminismo negro x mulherismo afreekana e Mulheridade africana por Assata Shakur*, de Anin Urasse; *Mulheres na prisão: como acontece conosco*, de Assata Shakur e, nos três últimos encontros do ano, nos dedicamos exclusivamente ao texto *Vivendo de Amor*, de bell hooks (2006).

A atenção maior ao escrito de hooks se deu ao entendermos, ao longo dos encontros, o descompasso entre homens e mulheres negras na nossa diáspora, sendo este o maior desafio que se apresenta no que tange a pensar caminhos de autodeterminação e emancipação dessa população. Precisamos que os homens negros fiquem vivos e de pé ao nosso lado, para que a luta se faça de forma equilibrada, não cabendo a nós, mulheres negras, encamparmos essa luta sozinha. Portanto, precisamos desse homem negro como um soba protetor, consciente de que o princípio materno-centrado perpassa a ele em seu papel de pai, irmão, tio, avô, primo, filho, companheiro, amigo que também matrigesta outras potências.

Porém, como criar nesse homem negro a compreensão de alicerce na luta das violências, promovidas sobre o corpo das mulheres pretas, que incidem diretamente nos seus próprios corpos? Como despertar o espírito de amor ao outro se, em si, o desamor já se fez morada? Por essas e outras questões relacionadas a um tema tão custoso para a população negra, como o amor, decidiu-se dedicar os três últimos meses do ano em se ouvir, se sentir e chorar dores juntos e compreender que nossa cura está no ato e na capacidade de amar. Em sua bela obra *Vivendo de Amor*, hooks sinaliza como o desamor é o vírus injetado na população negra e como uma operação sangrenta foi instaurada em cada coração africano para que o desamor, como sujeito, alicerçasse a falta como povo – como unir-se ao que não se ama? Se eu mesmo não me vejo como merecedor de amor, nem mesmo o próprio. Percebe-se que, revisitar o amor e analisá-lo, passa por nos revisitar e, em três meses, o tema *lágrimas, afetos e olhares sobre si mesmos* constitui-se na pedra angular da experiência no ciclo. Era notório que, a cada encontro, abriam-se feridas que pulsavam na mesma dor, em cada pessoa preta ali presente. Sim, falamos de dor e identificamos que a ausência de amor abre caminho para a dor e, como diz hooks, aos poucos começamos a morrer fisicamente, mentalmente e ancestralmente. Matar nossa referência como território primeiro possibilitou a nossa morte ontológica e passamos grande parte do percurso da nossa vida experimentando dor e mais dor; e cada lágrima derramada afirma o que hooks nos diz:

O amor cura. Nossa recuperação está no ato e na arte de amar. Meu trecho favorito do Evangelho segundo São João é o que diz: ‘Aquele que não ama ainda está morto’. [...] O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar. Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, ‘feridos até o coração’, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor (hooks, 2006, p. 1).

Sendo assim, este é, sem dúvida, um dos maiores desafios da diáspora em termos de unidade e luta: estabilização do relacionamento entre homens e mulheres negros. Desde a escravização, até o século XXI, negros encontram-se em desarmonia afetiva, pois ecos do comportamento relegado a nós se manifesta em sólidos pilares estruturantes de nossas relações, sendo urgente revisitá-los, entendê-los e dissolvê-los a partir de uma discussão consciente-emancipadora, e, também, de rituais reestabilizadores. As estratégias de sobrevivência do povo negro, de eliminar o amor para não ceder às emoções e sobreviver, deixou marcas até os dias atuais, e trazer esse tema como centro nos possibilita compreender

a raiz de nossa eterna dificuldade de compreender, como povo, que ainda experimentamos e nos nutrimos dessas estratégias como ferramentas de sobrevivência.

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (hooks, 2006, p. 01).

E acrescenta:

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (hooks, 2006, p. 01).

Partido dessa percepção, nos debruçamos a responder a questão central apresentada por hooks (2006): o que poderá nos salvar de uma crise coletiva causada pela falta de amor e esperança?

O descarrilamento provocado pelo colonialismo nos conduziu a experiências nas quais essa crise se estrutura, nosso sentido de mundo está tangenciado por esse desamor, estabelecer práticas de vidas, nas vidas afastadas de nossa real ontologia, nos afastam por completo de nosso pertencimento africano; desamar nutriu esse processo, estruturar nossa esperança como cura e potência de amar nutriu nossas ações, nos encorajando a pensar um tema crucial dentro da perspectiva mulherista. O problema diagnosticado por hooks nos abriu para um portal que ela desenha como cura, a reflexão sobre nosso afeto, como potência de reconstrução de povo e alinhamento de nossas próprias narrativas, passa a ser nossa arma a partir daquele momento, usaremos o amor para seguir de volta ao trilho, afinal, como nos sinaliza hooks, ao experimentarmos o amor, criamos força para seguir:

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (hooks, 2006, p. 6).

Assim, nos debruçamos, nos três últimos encontros, ao que nos alimenta em grande potência de cura de nossos corpos e mentes sofredores de maafa. Dessa forma, no encontro de setembro/2018, discutimos o texto e refletimos sobre o impacto do impedimento do amor nas nossas relações familiares, de amizade e sociais em geral, buscando compreender caminhos de rompimento desse vício ancestral de não amor; em outubro/2018, dialogamos sobre a necessidade de nos entendermos na condição de homens e mulheres responsáveis afetivamente, independente do caminho afetivo-sexual que temos, pois percebeu-se que a fratura afetiva ocorre de maneira similar, tanto em relações hétero quanto homoafetivas, porque a fratura do amor se dá em todos nós como povo. E, em novembro – que inclusive foi o último encontro do ano –, abrimos pedindo sabedoria aos nossos ancestrais por meio do ritual de libação, e trabalhamos o autocuidado restabelecendo, a nossa saúde afetivo-energética-amorosa-espiritual. Isso se deu a partir de um corredor energético de amor, em que cada um dos presentes atravessava e podia sentir-se amado, ao mesmo tempo em que invocamos a grande mãe sábia Nanã, cantando em uníssono a ela, pedindo sabedoria, amor e força para o ano de 2019.

Nesse sentido, as perspectivas mulheristas passam ser o caminho primordial para um suleamento de vida para mulheres africanas renascidas em território diásporico. Sinalizou-se, no item anterior, que pensar por ótica própria demanda sulear sua percepção como sujeito, a fim de destorcer a direção norteadora a que fomos condicionadas a viver. Esse norteamento sempre nos direcionou ao Ocidente, mas, como nossa proposta é africanizar, que essa direção seja feita ao Sul. O Sulear desse caminho é compreendido como possibilidade, tendo como objetivo a afrocentricidade, a fim de alcançar o objetivo final de pertencimento africano – A Agência Africana. A proposta da Afrocentricidade trata justamente de *centrar* os povos africanos e reorientá-los na história, possibilitando encontrar sua localização e, a partir dessa localização, construir sua própria *agência*, para que os africanos possam desenvolver uma identidade positiva e assumir o controle de suas vidas.

Ancorada nesse paradigma afrocêntrico, Clenora Hudson-Weems, ao conceituar o mulherismo africana, reconfigura o conceito de mulher negra e apresenta as limitações presentes nas ideologias políticas vigentes, centradas no gênero, insuficientes para frear as violências do cotidiano racial. Desse modo, a experiência do Ciclo nos permitiu e permite resgatar os valores da natureza africana para a reintegração do sujeito negro. Sabemos que maafa é desgraça, mas entendemos a potência que o povo preto tem quando está junto, com um propósito em comum. Dessa forma, com as palavras de Marcus Garvey, clamamos: “De pé raça poderosa!”.

### *Notas*

<sup>1</sup> Kemet é o nome usado pelos antigos Africanos; a palavra ‘Egito’ é o nome Grego para Kemet (ASANTE, 2009, p. 01).

- <sup>2</sup> Esse discurso foi proferido como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos, na qual se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora (TRUTH, 2014).
- <sup>3</sup> Amérikka está grafada com triplo K em referência aos escritos da afro-americana Assata Shakur, que propõe uma compreensão de américa supremacista e racista em alusão ao grupo racista Klu Klux Klan.

### **Referências**

- ANI, Marimba. Yurugu: uma crítica africano-centrada do pensamento e comportamento cultural europeu. **Esta Hora**, 07 ago. 2015. Disponível em: <<https://estahorareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-critica-africano-centrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade**. Rio de Janeiro: Afrocentricidade Internacional, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra** - esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Luanda: Edições Mulemba, 2014.
- DOVE, Nah. Mulherismo Africana: uma teoria afrocêntrica. **Jornal de Estudos Negros**, v. 28, n. 5, p. 515-539, maio 1998.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**. São Paulo: UCPA, 2018.
- hooks, bell. Vivendo de amor. In: WERNECK et al. **O livro da saúde das mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- HUDSON-WEEMS, Clenora. **Womanist africana**. Filadélfia: Afrocentricity International, 2016.
- MIZANI, Ama. **O Impacto Do Feminismo Na Comunidade Preta e a Busca Por Reapropriação Histórica**. 2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/319269804/Ama-Mizani-O-Impacto-Do-Feminismo-Na-Comunidade-Preta-e-a-Busca-Por-Reaproriacao-Historica>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**. São Paulo: UCPA, 2018.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- RIBEIRO, Katiúscia. Mulher Preta: Mulherismo Africana e outras perspectivas de diálogo. **Alma Preta**, 24 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/mulher-preta-mulherismo-africana-e-outras-perspectivas-de-dialogo>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- SHAKUR, Assata. **Escritos**. Brasília: Reaja, 2016.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher?. Tradução: Osmundo Pinho. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, São Paulo, 08 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

URASSE, Anin. Uma introdução aos 18 princípios do Mulherismo Africana. In: **Coleção Pensamento Preto: epistemologias do renascimento africano**. Vol. III. São Paulo: Diáspora Africana, 2019.

***Correspondência***

**Aza Njeri (Viviane Moraes):** Doutora em Literaturas Africanas e pós-doutoranda em Filosofia Africana/UFRJ. Professora da Universidade Geraldo Di Biase/NI.

**E-mail:** vivimpessoal@gmail.com

**Katiúscia Ribeiro:** Mestra e doutoranda em Filosofia Africana. Coordenadora Geral Laboratório Gerumãa/UFRJ.

**E-mail:** katiusciaribeiro@yahoo.com

---

Texto publicado em *Curriculum sem Fronteiras* com autorização das autoras.

---